

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE E A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carla Montefusco¹

Iris de Lima Souza²

RESUMO

Projetos, programas e ações políticas e pedagógicas são planejados, na esfera do governo, para colocar em prática medidas que viabilizem a garantia do acesso à educação para os cidadãos. Mesmo assim, nem sempre esse planejamento é materializado continuamente e satisfatoriamente, gerando impasses e desafios que distanciam as pessoas do acesso e da permanência à educação pública e de qualidade. Apresentar ideias sobre a política de educação no Rio Grande do Norte (RN) e como o profissional de serviço social pode contribuir na educação desse estado, é o objetivo deste trabalho. Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa e qualitativa, objetivos exploratórios, descritivos e explicativos, e procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental. Assim como em outros estados do Brasil, as políticas de educação no RN passeiam por estradas com diferentes bifurcações que nem sempre as levam ao alcance de resultados que distanciem a desigualdade e a segregação social e educacional.

Palavras-chave: Educação Básica; Política de Educação; Serviço Social na Educação.

ABSTRACT:

Projects, programs, and political and pedagogical actions are planned in the government sphere to put into practice measures that make it possible to guarantee access to education for citizens. Even so, this planning is not always satisfactorily materialized, generating impasses and challenges that distance people from the access and permanence to a public and quality education. The objective of this work is to present ideas about the education policy in Rio Grande do Norte (RN) and how the social service professional can contribute to the education in this state. This is a study with a quantitative and qualitative approach, exploratory, descriptive and explanatory objectives, and bibliographic and documental research procedures. As in other Brazilian states, the education policies in RN go through roads with different bifurcations that do not always lead to the achievement of results that distance inequality and social and educational segregation.

Keywords: Basic Education; Education Policy; Social Service in Education.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Ciências Sociais.
carla.montefusco@ufrn.br

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Educação. irisdelimasouza@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A luta pelo direito à educação formal é secular. Apesar de termos aparatos jurídicos – Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e Emenda 59/2009 – para garantir a todos o direito à educação, ainda são visíveis desigualdades que tornam os seus princípios e diretrizes desconexos desses aparatos deixando lacunas diante da ausência ou minimização de um sistema educacional nacional de qualidade para toda a população brasileira.

Em decorrência de omissões históricas com a política de educação, o Brasil tem ainda um longo percurso de desafios e pendências que dificultam o alcance de uma educação pautada pelos compromissos democráticos. Argumentar sobre essa política não é tarefa fácil – historicamente, se coloca a responsabilidade da transformação social e do sujeito na educação. Contudo, sendo a educação parte da formação humana – que perpassa as diferentes dimensões da vida e que, formalmente, é um processo realizado nas instituições de ensino a partir da educação básica –, essa é uma política pública social que não acontece isolada das demais políticas e apresenta desafios de ordem estrutural, financeiro, pedagógico, cultural, etc.

Projetos, programas e ações políticas e pedagógicas são planejados, na esfera do governo, para colocar em prática medidas que viabilizem a garantia do acesso à educação para os cidadãos. Mesmo assim, nem sempre esse planejamento é materializado continuamente e satisfatoriamente, gerando impasses e desafios que distanciam as pessoas do acesso e da permanência à educação pública e de qualidade.

Nessa perspectiva, como parte do estudo realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN), na condição de pós-doutoranda³, o objetivo deste trabalho é apresentar ideias sobre a política de educação no estado do Rio Grande do Norte (RN) e a contribuição do assistente social na educação básica.

O panorama da educação básica nesse estado não difere de muitos outros estados e municípios do Brasil. Resiste a uma deficitária e fragilizada estrutura

³ O estudo tem apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES-BRASIL) . Código de Financiamento 001.

física, material e humana, com espaços físicos e equipamentos em mau estado de conservação, insuficientes para a demanda do número de estudantes; propostas pedagógicas sem ações criativas e críticas que estimulem o permanecer na escola e o protagonismo de estudantes; não efetividade da gestão democrática; salários dos professores e letras de progressão em atraso, dentre outras vulnerabilidades.

Com base nessas considerações iniciais, trazendo recortes analíticos passados, dialogados com questões teóricas presentes, é que se estrutura esse trabalho, fundamentado metodologicamente com uma abordagem quantitativa e qualitativa, de natureza aplicada e objetivos exploratórios, descritivos e explicativos. Formatam-se, assim, sínteses teóricas a partir de procedimentos de pesquisa constituídos de levantamento bibliográfico e documental sobre a política de educação no Rio Grande do Norte e o trabalho de assistentes sociais na educação.

2 A EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: entre avanços e desafios

Com uma população estimada em mais de três milhões de pessoas, de acordo com o censo demográfico de 2022, a política de educação no Rio Grande do Norte (não diferente de outros estados) percorre um caminho entre a obrigatoriedade de garantir à população o direito a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, e o investimento no cuidado com questões como evasão escolar, baixa qualidade do sistema de ensino, problemas de infraestrutura e segurança sanitária, dentre outras, que dificultam o acesso e a permanência de estudantes nas instituições de ensino.

Em 2023, mais de 200 mil estudantes foram matriculados na rede estadual de educação (Ensino Médio), nas 615 unidades de ensino do RN (PORTAL G1, 2023), dentro de um cenário de discussão de reajuste salarial dos professores. Na rede municipal de ensino, na cidade de Natal-RN, quase 53 mil estudantes foram matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos 74 Centros Municipais de Educação Infantil e 72 escolas de Ensino Fundamental. Esse quantitativo é registrado pela Prefeitura do município sinalizando que a atual gestão pretende executar os contratos de alimentação escolar, adquirir novos computadores, e entregar novos laboratórios de ciências/matemática, livros didáticos e mobiliários (PREFEITURA DO NATAL, 2023); no estado, a Secretaria segue no discurso de garantir o direito à educação através

da ampliação da cartela de cursos e formações continuadas, ofertadas aos professores, recuperação das estruturas físicas das escolas, e execução das ações que garantam a educação inclusiva, equitativa e de qualidade (RIO GRANDE DO NORTE, 2023).

Enquanto as gestões administrativas do estado e do município sinalizam que estão investindo para garantir um processo educativo de qualidade nas escolas, os estudos e pesquisas sobre a educação em terras potiguares revelam que, apesar dos avanços, a educação ainda tem problemas graves.

Diagnóstico realizado pela UFRN mostra que houve avanços no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ao longo dos últimos 15 anos, bem como nos demais indicadores de permanência nos primeiros anos do ensino fundamental. No entanto, as desigualdades ainda são muitas e existem diversos outros desafios sérios a serem superados em todas as fases do ensino. [...] Dentre os temas analisados, estão: aprendizado e fluxo escolar; financiamento da educação, perfil demográfico e socioeconômico do alunado, acesso à escola e evolução das matrículas e condições de infraestrutura das instituições escolares. (UFRN, 2023).

Os desafios se ampliaram em virtude, também, da pandemia do Covid-19, o que aumentou a desigualdade educacional diante do quantitativo de estudantes da rede de ensino pública que não tinham como acessar as aulas remotas e não receberam apoio psicológico em virtude dos problemas gerados pelo isolamento social.

Após dois anos de pandemia, professores/as e estudantes ainda lidam diariamente com diversos desafios como a ausência de estrutura em salas de aulas, perda da convivência com o meio escolar, falta de estudo adequado para o Enem, e até a falta de merenda escolar, que é uma das poucas refeições nutritivas feitas no dia. (SINASEFERN, 2022).

É pertinente sinalizar que o RN segue uma tendência nacional de crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), saindo “de pouco mais de 2,5, em 2005, para quase 5,0 em 2019”; crescimento esse em virtude da melhoria na taxa de aprovação e nas notas das avaliações de Português e Matemática. Contudo, aconteceu um decréscimo: em 2021, o IDEB no ensino médio foi de apenas 2,8 pontos (TRIBUNA DO NORTE, 2022). Em relação ao ensino fundamental, o “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 2019, indica que o desempenho geral do RN nos anos iniciais do ensino fundamental situa-se abaixo da média brasileira, sendo um dos estados com os piores resultados gerais.” (UFRN, 2023); nos anos finais do ensino fundamental, o

RN teve um resultado de 4,4 pontos, frente a uma média do Brasil que é de 5,8 pontos. (TRIBUNA DO NORTE, 2022).

Constata-se que “O IDEB do RN vinha numa crescente, com a implantação de ações arrojadas a partir de 2016. Mas, em 2019, muitas dessas ações foram interrompidas ou fragilizadas” com a crise sanitária proveniente do Covid-19 aprofundando, assim, o cenário de descaso com a educação, segundo estudiosa sobre a educação no estado. Ainda de acordo com a estudiosa,

É preciso tratar a Educação como prioridade, com investimentos em materiais estruturados, que são aqueles com foco na aprendizagem e vão muito além do livro, por exemplo. Também é necessária orientação aos professores e rigidez no funcionamento das escolas, para que funcionem com regularidade. Isso é importante para combater o atraso acumulado pelos estudantes. (TRIBUNA DO NORTE, 2022)

Ainda que os dados revelem um cenário controverso, que caminha entre avanços, retrocessos e desafios na educação do RN, o quadro desenhado nas escolas, particularmente, de Natal, é de uma estrutura física, tecnológica, material e humana fragilizada: espaços físicos e equipamentos em mal estado de conservação, insuficientes para a demanda do quantitativo de alunos; propostas pedagógicas sem atividades atrativas e práticas que estimulem a permanência; salários dos professores e letras de progressão em atraso; salas de aula, refeitórios, bibliotecas, laboratórios de informática que estão inativos diante da escassez de recursos ou manutenção periódica.

Dentre outras fragilidades no processo educativo, temos um déficit de professores nas escolas públicas que, conseqüentemente, provoca falha nos componentes curriculares (no conteúdo das disciplinas) e na conclusão qualitativa nas modalidades da educação básica. Professores que estão fora das salas de aula – mesmo sendo concursados e nomeados para atuar em escolas – e lotados em espaços técnico-administrativos nas Secretarias de Educação; e professores que, diante de questões de saúde, estão afastados da sua função. (ARAÚJO, 2016, n.p.).

Na atualidade do RN, se apresenta uma preocupação com a educação básica no referente às discussões sobre a construção da estrutura curricular, a Base Nacional Comum do Ensino Médio, a ampliação da jornada de ensino-aprendizagem nas escolas (educação em tempo integral), a Educação de Jovens e Adultos, a abertura de novas turmas na educação do campo, a estrutura física dos prédios de funcionamento das escolas, além da efetivação dos professores em sala de aula.

Denota-se um olhar para questões que não são novas, mas que assume uma nova configuração diante de uma fragilidade social que se arrasta a passos lentos desde séculos passados. (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Porém, para a ex-secretária de educação do estado, em tempos que a escola transbordou para além dos seus muros, o RN ainda não implementou políticas públicas que assegurem a continuidade do processo de ensino e aprendizagem quando pandemias e outras questões preocupantes surjam no cenário social.

Em se tratando de ações políticas, foi instituída no estado lei que garante o processo de inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas na rede de ensino. Para a materialização da Lei 11.460/2023, foi instituída campanha que “visa prevenir e combater o preconceito nas escolas, além de proteger a pessoa com deficiência de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.” (NATAL EM FOCO, 2023).

Como demais políticas de educação propostas no estado do RN, na educação básica, temos os seguintes programas e projetos:

Quadro 1 – Projetos e Programas ofertados na Educação Básica do RN

PROJETO/PROGRAMA	OBJETIVOS
MAJOG – Matemática em Jogo	Garantir o avanço da aprendizagem em Matemática resgatando o papel do jogo como instância de construção de conhecimento, relacionando seu uso a desafios e reflexões que problematizam o saber em “jogo” e permitindo às crianças identificarem relações com os conhecimentos escolares
Olimpíada Brasileira de Matemática	Estimular e promover o estudo da Matemática; contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade; identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas; incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas; promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.
Olimpíada de Língua Portuguesa	Estimular o interesse pela leitura e escrita através da produção de textos para alunos (Integra as ações desenvolvidas pelo Programa Escrevendo o Futuro)
Projeto Brasil na Escola	Induzir e fomentar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar, com

	equidade e na idade adequada dos estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental.
Projeto Laboratório de Ciências	Aumentar a quantidade de aulas práticas de Ciências a partir da aquisição de laboratórios móveis. Além dos materiais, os docentes contam com apostilas que orientam os procedimentos, bem como treinamento para desenvolver aulas práticas.
Projeto Laboratório de Matemática	Auxiliar a prática pedagógica do professor nas aulas de matemática através dos jogos e materiais manipuláveis, facilitando o processo de aprendizagem dos alunos.
Programa de correção de fluxo Se liga/Acelera Brasil	Realizar transformações pessoais e sociais nos estudantes, em prol de uma educação pública e de qualidade.
Programa Nacional das Escola Cívico-Militares (PECIM)	Administrar as áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares.
Programa Tempo de Aprender	Elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, nos anos iniciais do Ensino Fundamental; contribuir para a consecução da Meta 5 do Plano Nacional de Educação; assegurar o direito à alfabetização, a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país e impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em seus diferentes níveis e etapas.
Programa Mentelnovadora	Desenvolver habilidades cognitivas, éticas e socioemocionais das crianças e adolescentes com a integração de jogos de raciocínio, com a mediação de um professor capacitado pelo programa.
Programa Saúde na Escola	Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.
Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD)	Avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.
Projeto Circuito Esportivo	Objetiva oportunizar a alunos do 1º ao 5º, que não participam do JEMS, vivenciarem atividades afetivas, cognitivas, sociais e motoras, centradas em práticas cooperativas e jogos pré-desportivos.
Projeto “Um dia diferente na minha escola”	Valorizar e estimular a prática de atividade física, como fator de promoção de saúde, bem-estar e elevação da autoestima e inclusão social.
Programa Sábado no Parque	Visa dar oportunidade a alunos com deficiência de terem opções de esporte e lazer, mostrando o impacto destas atividades na qualidade de vida, nos

	aspectos físicos, sociais e psicológicos.
Programa Tributo à Criança	Contribuir para o fortalecimento da função protetiva das famílias e maior envolvimento destas na vida educacional das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, proporcionando-lhes apoio socioeducativo e financeiro no cumprimento do seu dever como corresponsáveis pela inserção, permanência e êxito de seus dependentes na escola.
Projeto Esporte e Cultura na Escola	Disseminar a cultura e o desporto, por meio da arte e da prática desportiva, buscando a melhoria da qualidade de ensino e de vida dos educandos e da comunidade.
Programa Mente Inovadora	Desenvolver habilidades socioemocionais, éticas e cognitivas em alunos e professores.
Programa Justiça Escola	Desenvolver ações educativas junto aos professores, educadores infantis, funcionários, alunos e famílias, baseadas nos valores humanos propostos pela metodologia o Caráter Conta, na perspectiva da formação integral do sujeito, colaborando para a construção de uma cultura de paz no interior das escolas, CMEIs e sociedade em geral.
Programa Aprendendo Mais	Alfabetizar Jovens, Adultos e Idosos com abordagem educacional ancorada na concepção de alfabetização, à luz do referencial teórico freireano.
Programa Teleaula Projetos Tecendo o Saber e Tecendo os caminhos	Dinamizar o processo de ensino e aprendizagem dos professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, por meio de atividades educativas da metodologia de telessala.
Programas Se Liga/Acelera Brasil	Reduzir a distorção idade-série do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, corrigindo o fluxo escolar e evitando que outras crianças entrem para as estatísticas de analfabetismo, reprovação e abandono.

Fonte: Secretaria de Educação do RN. Relatório de Gestão - 2021

Salienta-se que o estado ainda caminha no desafio da efetivação de muitos desses projetos e programas planejados na Lei nº 10.049, a qual aprova o Plano Estadual de Educação no Rio Grande do Norte com vigência de 10 anos. Um Plano que tem como direcionamento, dentre as suas oito dimensões, a qualidade da educação básica referente às condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar (Dimensão 2); e a efetivação de uma educação articulada aos movimentos sociais e pautada na inclusão e nos direitos humanos (Dimensão 8). (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 1).

Dimensões essas que são um norte para ser materializada com a contribuição de outros profissionais trabalhadores da educação como, por exemplo, o assistente social que, historicamente, têm a política de educação e os seus equipamentos

sociais – escolas, institutos federais, universidades e secretarias de educação – como seu espaço de saber e fazer profissional.

3 POSSIBILIDADES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A luta do Serviço Social na política de educação tem uma história norteadada por princípios ético-políticos, concepções teórico-metodológicas, debates e articulações com movimentos e redes sociais. Pensar a inserção e atuação do assistente social na educação básica, na rede de ensino pública, é considerar o seu papel de contribuir “na ampliação do processo de formação de autoconsciência que desvela, denuncia e busca superar as desigualdades sociais que fundam a sociedade do capital e que se agudizam de forma violenta na realidade brasileira.” (CFESS, 2012, p. 22).

O Plano Estadual de Educação do RN (PEE-RN) revela ações que podem ser executadas por esse profissional, a fim de contribuir no processo educativo e político da comunidade escolar. Considerando as citadas dimensão 2 e 8 do Plano, respectivamente, primar pela qualidade da educação básica referente às condições de aprendizagem, avaliação e melhoria do fluxo escolar e pela efetivação de uma educação articulada aos movimentos sociais e pautada na inclusão e nos direitos humanos, se analisa as seguintes possibilidades de trabalho desse profissional.

Três metas estão propostas para que a dimensão 2 se materialize. Na Meta 2 – “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica” –, uma das estratégias pode ser

6 – Garantir serviços de apoio e orientação aos educandos, com fortalecimento de políticas intersetoriais, em regime de colaboração entre as instituições de saúde, assistência e outras, para que se assegurem à comunidade escolar direitos e serviços da rede de proteção.” (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 12 – grifo nosso).

Esse apoio, que viabilize a garantia de direitos e serviços da rede de proteção à comunidade escolar, faculta uma das defesas para a inserção do profissional de Serviço Social nas escolas. Profissional com competências específicas e atuação em diferentes políticas públicas e sociais, dentre elas, a política de educação disposta no Plano Estadual de Educação do RN.

Outra estratégia a ser efetivada na Meta 2, é a criação de mecanismos de incentivo e sensibilização à participação das famílias, em debates, seminários, palestras e cursos, promovidos pelas áreas de educação, saúde e assistência social, a fim de contribuir no desenvolvimento de crianças. (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 12). Salienta-se que, o trabalho com famílias é parte do exercício profissional do assistente social; é presente nas diferentes demandas apresentadas em seus espaços socio-ocupacionais e políticas públicas e sociais, dentre elas, a Educação, particularmente, em escolas.

A Meta 3 – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem – nos fornece outras estratégias que propiciam a ação do assistente social:

5 – Estimular e garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na elaboração de projetos político-pedagógicos e curriculares, por meio de planos de gestão e regimentos escolares que assegurem a diminuição dos índices de reprovação e abandono dos alunos, incluindo objetivos de aprendizagem condizentes com a melhoria da qualidade social da educação.

17 – Implementar, em regime de colaboração entre Estado e Municípios, políticas de inclusão e de permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

22 – Assegurar a atuação da equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo, entre outros) nos centros de atendimento especializado destinados ao público-alvo da educação especial. (RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 15).

Na estratégia 5 é perceptível outra possível interlocução do assistente social na educação básica do RN, quando se pensa uma ação socioeducativa de estímulo à participação da comunidade escolar na elaboração dos projetos político-pedagógicos das escolas. Esse mecanismo trata da criação e operacionalização da gestão democrática no interior das escolas, cujo profissional pode contribuir direcionando a sua atuação para a garantia dessa gestão, conforme preconizado no documento. A garantia dessa gestão trata-se de “[...] uma dimensão cuja construção depende, essencialmente, da afirmação dos pressupostos éticos e políticos que orientam o projeto profissional do serviço social.” (CFESS, 2012, p. 48).

A partir do momento em que se propõe a implementação de políticas de inclusão e de permanência para crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e em situação de rua, o conhecimento sobre as legislações

voltadas para esse público são essenciais para a efetivação da estratégia 17. Infere-se que é preciso os profissionais da comunidade escolar não apenas conhecer os princípios que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente que ampara esse segmento, mas, sobretudo, assumir um perfil pedagógico interpretativo e socializador das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social – perfil esse que caracteriza, também, o trabalho do assistente social. (CFESS, 2012, p. 53). Tem-se, assim, mais um elemento que potencializa a necessária inserção de assistentes sociais nas escolas.

Mesmo que assistentes sociais sejam mencionados no Plano Estadual do RN, na estratégia 22, isso não quer dizer que exista um reconhecimento mais amplo da nossa inserção nas escolas – na atualidade, essa atuação acontece em nível de parcerias estabelecidas com as políticas intersetoriais. Pontua-se que, temos hoje uma Lei 13.935/2019 que dispõe sobre a inserção desse profissional na rede pública de ensino na educação básica, mas que, ainda, não foi efetivada em grande parte dos municípios do Brasil.

A nossa atuação na educação básica do RN também pode ser vislumbrada na estratégia 24, a qual sugere estabelecer ações voltadas para a promoção, a prevenção, a atenção e o atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, a fim de melhorar a qualidade social da educação e a aprendizagem de estudantes. Concebendo o trabalho de assistentes sociais na política de educação como extensivo aos demais profissionais da educação e às famílias dos estudantes, essa atuação pode contribuir também nessa modalidade de intervenção dada a “[...] capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação [...]”, conforme os subsídios do CFESS (2012, p. 51).

Metas e estratégias como essas, dispostas em um Plano de Educação, se caracterizam como fonte de defesa da necessária intervenção de assistentes sociais em escolas. Contudo, essa inserção em alguns estados e municípios não será de fácil efetivação, quer seja por uma questão política e econômica, quer seja pela não compreensão e reconhecimento dessa contribuição junto à comunidade escolar, ou pela força política que essa presença pode representar e intimidar.

A partir desse Plano temos, dentre os programas elaborados na Secretaria Estadual do RN, o ProFundamental e o ProMédio (programas de fortalecimento

dessas modalidades), o RN Alfabetizado, o ProGestar (programa de fortalecimento de gestão escolar para a aprendizagem), o ProfMais (programa de valorização dos profissionais da educação) e o RenovEscola (programa de reformas, aquisição de equipamentos e materiais e ampliações de escolas). Programas esses que propiciam um trabalho multidisciplinar e integrado. (RIO GRANDE DO NORTE, 2021)

Em relação aos municípios do RN, evidencia-se a participação de assistentes sociais, via atuação em secretarias e núcleos de atendimento, em planos, projetos e ações socioeducativas, tais como: Plano Municipal de Políticas sobre Drogas; Projeto Cuidando do Bem Estar Durante e Pós Pandemia; Projeto Retorno às aulas presenciais com saúde; Convivendo em família, fortalecendo valores; Monte Castelo Saudável; Escola promotora de Direitos Humanos; Como a escola pode se preparar pós-pandemia Covid-19; Núcleo do Aluno Presente (Decreto Nº 5.917/2018); Núcleo de Práticas Restaurativas (Decreto Nº 5.696/2014).

Portanto, pensar a educação básica hoje vai além de ser um mecanismo de emancipação e protagonismo social e político. A educação é uma dimensão na vida e na história do ser humano que não pode ser visualizada como uma obrigação a ser cumprida, mas como uma escolha para se conquistar a cada dia o que, historicamente, se configura como direito fundamental do ser humano: a liberdade de ir, vir, falar, ouvir e, sobretudo, pensar e decidir. Afinal, como diz Mészáros (2008), a educação não é um negócio que funciona suspensa no ar; ela é criação que deve ser qualificada para a vida e se abrir para o mundo.

Como instância que possibilita a emancipação humana compreende-se que a educação, tão bem difundida e defendida por Freire (2011), tem que ser pensada não como a chave das transformações do mundo, mas como possibilidade de se exercitar a prática da liberdade e de se interrogar sobre o amanhã.

É importante deixar claro que a liberdade aqui pronunciada, não é a liberdade propagada nos tempos atuais pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC). O termo liberdade proposto pela BNCC, a utiliza para justificar a escolha do ser humano pelo seu desenvolvimento político. Como uma promessa do capitalismo burguês, essa liberdade está condicionada às condições econômicas para se fazer escolhas, sendo assim, o indivíduo é responsável por suas autorrealizações, conseqüentemente, dependendo do *status* social que ocupa na esfera da sociedade, terá mais facilmente oportunidades e caminhos a serem trilhados. Fica explícito,

portanto, que não existe lugar para todos e que a liberdade está acoplada à desigualdade.

Reforça-se que mesmo com a explícita necessidade da atuação de assistentes sociais nas escolas, esse profissional, na realidade do RN e de Natal, ainda não assume um espaço legitimado e regulamentado na educação básica. Registram-se experiências dessa atuação em escolas particulares que, dentre as suas políticas institucionais, tem a concessão de Bolsa Social de Estudo para alunos da educação básica; projetos de extensão de universidades privadas que desenvolvem atividades e estágios em escolas públicas (uma das atividades é o plantão social na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em escolas públicas); e atuação em Núcleos Psicossociais vinculados às Secretarias de Educação, cujo trabalho na educação básica é via demanda espontânea ou programada, de acordo com as necessidades das escolas e da comunidade local.

Em síntese, é preciso pensar a atuação de assistentes sociais em escolas não como o profissional que contribui na transformação social dada a sua formação, mas como profissional que pode contribuir diante da sua capacidade de apreensão da realidade, de dar visibilidade e atenção às expressões da questão social, de atuar na defesa incessante da garantia da vida e da sociabilidade humana (ALMEIDA, 2021).

4 CONCLUSÕES

No Rio Grande do Norte, como em outros estados do Brasil, a política de educação vive um processo de impasses, desafios e perdas a serem enfrentados, mesmo frente a uma série de políticas de educação voltadas a melhorar e qualificar o ensino na educação básica. Muito se debate sobre o acesso à educação, mas, até a atualidade, esse acesso ainda não é universalizado em todos os níveis e modalidades de ensino; um acesso reconhecido no campo legal, mas, não no campo da análise teórica e prática.

Como parte dessa política, assistentes sociais travam uma luta constante pelo direito à educação para todos e todas em sua plenitude: acesso, permanência e formação continuada. Registra-se que, a emergência do Serviço Social na educação ocorreu de forma heterogênea nos estados e municípios; o período de surgimento, a atuação nas diferentes modalidades de ensino, as funções e competências

exercidas, não foram e nem podem ser homogêneas. Afinal, a política de educação está articulada em forma de sistema que contempla os interesses da união, dos estados e dos municípios.

No geral, o assistente social deve assumir na política de educação a natureza ética e política da sua prática; deve buscar assumir um perfil, com competências e saberes, que possibilite a comunidade escolar percebê-lo como aliado no jogo de forças que perfazem esse espaço. Para isso, é necessário deixar explícito a sua posição política e ideológica de contribuição na construção, desenvolvimento e emancipação do ser social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social na Educação Básica. **Curso de Extensão**. Promoção: CRESS-Sergipe, 29 out. 2021.

ARAÚJO, Ricardo. Educação no RN: “fracassado, não! Mas, cambaleando. **Tribuna do Norte**, Natal, 11 set. 2016. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/educaa-a-o-no-rn-a-fracassada-na-o-mas-cambaleandoa/357772>. Acesso em: 20 de jul. 2018.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Brasil_e_UFs.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Brasília-DF: IBGE, 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Brasil_e_UFs.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NATAL EM FOCO. **Sancionada lei que institui campanha de educação inclusiva no RN**, Natal, 17 jun. 2023. Disponível em: <https://natalemfoco.com.br/politica/sancionada-lei-que-institui-campanha-de-educacao-inclusiva-no-rn/>. Acesso em: 20 maio 2023.

PORTAL G1 RN. **Rede Estadual de Educação volta às aulas**. Natal, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/02/13/rede-estadual-de-educacao-volta-as-aulas-nesta-segunda-13-com-mais-de-200-mil-alunos-matriculados.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2023.

PREFEITURA DO NATAL. **Aberto o ano letivo 2023**, Natal, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/news/post2/38562>. Acesso em: 17 maio. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Assembleia Legislativa**. Natal, 20 set. 2022. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/noticia/25021/deputados-repercutem-media-do-ensino-medio-publico-do-rn-no-ideb>. Acesso em: 10 jan. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado, da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. **Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte, 2016. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC000000000103587.PDF>. Acesso em: 17 out. 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado, da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. **Garantia do direito à educação**. Rio Grande do Norte, 29 mar. 2023. Disponível em: <http://www.educacao.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=309283&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=NOT%CDIA>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SINASEFE. **Pesquisa escancara desigualdade educacional**, Natal, 04 ago. 2022. Disponível em: <https://www.sinasefern.org.br/pesquisa-escancara-desigualdade-educacional-e-aponta-que-falta-de-investimento-na-pandemia-prejudicou-a-educacao/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na Educação: que saberes? Que competências?** Natal: EDUnP, 2012.

TRIBUNA DO NORTE. **RN tem o pior ensino médio público do Brasil**, Natal, 17 set. 2022. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-tem-o-pior-ensino-ma-dio-paoblico-do-brasil-aponta-ideb/547496>. Acesso em: 10 jan. 2023.

UFRN – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Desigualdades educacionais**. Natal, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://www.ufrn.br/imprensa/reportagens-e-saberes/56851/educacao-em-crise>. Acesso em: 01 abr. 2023.